

ANEXO II

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 04/2013



A União, por intermédio da SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DO ACRE, com sede na Rua Tribunal de Justiça, s/nº, Bairro Via Verde, CEP: 69.920-193 — Rio Branco/AC, inscrita no CNPJ sob o nº **00.394.494/0019-65**, neste ato representado pelo **Senhor SUPERINTENDENTE REGIONAL, DPF MARCELO SÁLVIO REZENDE VIEIRA**, brasileiro, casado, RG n. 5.603.658 SSP/MG, e CPF n. 024.276.796-66, com delegação de competência dada pela Portaria nº 495, de 03/04/2012, publicada na Seção 02 do Diário Oficial da União de 04/04/2012, do Senhor Secretário Executivo do Ministério da Justiça, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 04/2013, publicada no D.O.U de 14/11/2013, processo administrativo nº 08220.001011/2013-57, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual prestação de serviço de contratação de empresa especializada para prestação de serviços de limpeza e conservação, com fornecimento de material necessário, para atender às necessidades da **Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado do Acre e suas descentralizadas**, especificado no Termo de Referência, anexo I do edital de Pregão nº 04/2013 – SR/DPF/AC, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto e as demais condições ofertadas na (s) proposta (s) são as que seguem:

GRUPO 1

Item 01 – Nova Sede da SR/DPF/AC

TIPO DE ÁREA	PREÇO MENSAL UNITÁRIO (R\$/M²)	ÁREA (M²)	SUBTOTAL MENSAL(R\$)
I-Área Interna	2,94	7.114,43	20.916,42
II- Área Externa	1,47	2.399,15	3.526,75
III- Esquadrias sem Exposição ao Risco	0,67	2.721,73	1.823,56
IV- Esquadria Face Externa com exposição ao risco	0,19	1.814,73	344,80
V- Fachada Envidraçada com exposição ao risco	0,19	6.471,60	1.229,60



Preço Total Mensal	27.841,14
--------------------	-----------

Preço Total Anual (Total Mensal x 12 doze meses)	334.093,68
--	------------

Item 02 - Delegacia de Polícia Federal em EPITACIOLÂNDIA

TIPO DE ÁREA	PREÇO MENSAL UNITÁRIO (R\$/M²)	ÁREA (M²)	SUBTOTAL MENSAL(R\$)
I-Área Interna	3,61	585,00	2.11,85
II- Área Externa	1,81	2.400,00	4.344,00
III- Esquadrias sem Exposição ao Risco	0,83	200,56	166,46

Preço Total Mensal	6.622,31
--------------------	----------

Preço Total Anual (Total Mensal x 12 doze meses)	79.467,72
--	-----------

Item 03 - Delegacia de Polícia Federal em CRUZEIRO DO SUL

TIPO DE ÁREA	PREÇO MENSAL UNITÁRIO (R\$/M²)	ÁREA (M²)	SUBTOTAL MENSAL (R\$)
I-Área Interna	3,92	550,00	2.156,00
II- Área Externa	1,96	1.250,00	2.450,00
III- Esquadrias sem Exposição ao Risco	0,89	156,78	139,53

Preço Total Mensal	4.745,53
--------------------	----------

Preço Total Anual (Total Mensal x 12 doze meses)	56.946,36
--	-----------

Item 04 - BASE GISE

TIPO DE ÁREA	PREÇO MENSAL UNITÁRIO (R\$/M²)	ÁREA (M²)	SUBTOTAL MENSAL(R\$)
I-Área Interna	3,62	340,70	1.233,33
II- Área Externa	1,81	354,12	640,96
III- Esquadrias sem Exposição ao Risco	0,82	79,50	65,19

Preço Total Mensal	1.939,48
--------------------	----------

Preço Total Anual (Total Mensal x 12 doze meses)	23.273,76
--	-----------



3. DO ÓRGÃO GERENCIADOR

O órgão gerenciador será a SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DO ACRE.

4. VALIDADE DA ATA

4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir do(a) assinatura, não podendo ser prorrogada.

5. REVISÃO E CANCELAMENTO

5.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor (es).

5.2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o (s) fornecedor (es) para negociar (em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

5.3. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

5.3.1. *A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.*

5.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

5.4.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

5.4.2. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

5.5. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

5.6. O registro do fornecedor será cancelado quando:

5.6.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços;

5.6.2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;



5.6.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

5.6.4. Sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

5.7. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 6.6.1, 6.6.2 e 6.6.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

5.8. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

5.8.1. Por razão de interesse público; ou

5.8.2. A pedido do fornecedor.

6. CONDIÇÕES GERAIS

6.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

6.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Rio Branco/AC, 18 de novembro de 2013.


MARCELO SALVIO REZENDE VIEIRA
Delegado de Polícia Federal
Superintendente Regional
SR/DPF/AC


JOSÉ ERIVELTON F. DE SOUZA
Representante legal da CONTRATADA